

IV ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo

Novos Rumos da Sociedade de Consumo?

24, 25 e 26 de setembro de 2008 - Rio de Janeiro/RJ

Mudanças e permanências no orçamento das famílias brasileiras metropolitanas nos últimos 15 anos

Fernando Gaiger Silveira

Pesquisador do IPEA

fernando.gaiger@ipea.gov.br

Bernardo Campolina Diniz

Prof. Universidade Federal de Tocantins

bcampolina@terra.com.br

Resumo

O objetivo do trabalho é, com base nas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs), realizadas pelo IBGE, nos últimos quinze anos, identificar e analisar as mudanças e permanências nos orçamentos familiares metropolitanos. Isso porque o período coberto pelas POFs de 1987-88, 1995-96 e 2002-03 abrangem mudanças socioeconômicas e demográficas, com os biênios apresentando cenários macroeconômicos distintos.

Entre o final dos anos 80 e os primeiros anos dos 2000 assistiu-se ao crescimento do setor terciário, a melhoria dos indicadores educacionais, ao surgimento de novos arranjos familiares e enfraquecimento do núcleo familiar tradicional, ao envelhecimento populacional, entre outras mudanças. E, quanto aos momentos: se, em 1987-88, sofriamos com altas taxas de inflação e os mercados de bens e serviços eram ainda pouco segmentados, na POF seguinte, em 1995-96, assistia-se, de um lado, a estabilidade dos preços e os efeitos da abertura comercial, e, de outro, os efeitos da privatização. Já na última POF vivencia-se um repique inflacionário, com queda nos rendimentos, o aumento de participação das rendas não provenientes do trabalho, o incremento substancial no mercado de crédito e um aprofundamento na segmentação dos mercados de consumo.

A composição dos orçamentos, segundo as principais rubricas de despesa – alimentação, habitação, transporte, vestuário, educação, saúde, serviços pessoais, cultura, tributos e poupança – se alteraram de modo substancial nesses quinze anos, podendo-se creditar, entre outros, a alterações nos preços relativos e na renda, a transformações na oferta dos bens e serviços e a mudanças sócio-culturais no consumo. Durante esses quinze anos verifica-se uma diminuição bastante pronunciada na parcela destinada aos alimentos e ao vestuário, em grande medida devida à queda de seus preços. Isso se fez acompanhar da ampliação do consumo fora do domicílio e da diversificação dos produtos alimentares.

Já as despesas com habitação e educação aumentam sua participação no orçamento familiar em razão dos efeitos da privatização no aumento dos preços e na oferta dos serviços, notadamente de telefonia. O crescimento dos gastos em educação foi no segundo período, devido tanto ao aumento da oferta pelo setor privado do ensino superior, como pelo aumento na demanda por outros cursos. Nos mais pobres, as despesas em saúde, após o crescimento dos anos 90, decorrente do aumento dos preços de medicamentos, retornaram ao patamar

anterior, o que se pode creditar a políticas públicas para medicamentos e a consolidação do SUS.

A diminuição, ainda que tênue, da heterogeneidade no mercado de bens duráveis, notadamente, no de eletroeletrônicos, é a maior novidade. Concretamente, assistiu-se, nos últimos quinze anos, a uma desconcentração nesses mercados, com o aumento na participação da metade mais pobre no mercado de imóveis e bens duráveis de tão somente 7%, 1987-88, para 11%, em 2002-03. Estaremos iniciando o caminho rumo a um mercado de massas?

Palavras-chave: *orçamentos familiares, rendimentos e regiões metropolitanas.*

Introdução

O objetivo deste trabalho é descrever a riqueza das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O consumo das famílias brasileiras vem se mantendo numa proporção relativamente estável do Produto Interno Bruto (PIB) nos dez últimos anos – na ordem dos 60% –, e a sua análise pode ser bastante enriquecida pelos dados das POFs.

O IBGE realizou três POFs entre 1987 e 2003. As duas primeiras, aplicadas em 1987-1988 e em 1995-1996, se restringiram ao universo de nove regiões metropolitanas (RMs), o Distrito Federal e a cidade de Goiânia. A última, de 2002-2003, teve âmbito nacional, mantendo representatividade amostral para a área das duas pesquisas anteriores, para os meios urbanos de todas as unidades da federação (UF) e para o meio rural das cinco grandes regiões brasileiras.

Dados socioeconômicos e demográficos enriquecem a leitura das informações específicas de consumo. Efetivamente, nos quase 15 anos que separam as POFs, houve mudanças profundas no perfil das famílias metropolitanas, como a diminuição do tamanho das famílias, o crescimento da presença das mulheres como chefe dos domicílios, o envelhecimento populacional e o conseqüente estreitamento da base da pirâmide etária. Esses processos, por sua vez, tiveram ritmos distintos entre as regiões, os níveis de renda e a escolaridade. Apesar do volume de informações que essas pesquisas apresentam, elas ainda são pouco exploradas. Credita-se isso à dificuldade de compreensão da sua estrutura de apresentação a cada tempo – seja dos microdados, seja dos dados de recuperação automática, disponibilizados no *site* do IBGE – e da sua evolução.

Para cumprir o objetivo, este trabalho apresentará, além desta introdução, mais quatro seções. A segunda seção discorrerá sinteticamente sobre a história dos levantamentos estatísticos domiciliares oficiais do IBGE – as POFs, as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) e os Censos – e apresentará a estrutura da POF, segundo os seus objetivos, comparando as variáveis ali investigadas com as das demais pesquisas domiciliares. Na terceira seção se discutirá as potencialidades e os cuidados na comparação entre as POFs de 1987/88, 1995/96 e 2002/03. Na seção seguinte, é analisado o comportamento dos gastos e da renda em 2002-2003, apresentando as diferenças regionais e por estratos de renda. Por fim, na quinta e última seção, discuti-se as mudanças nos orçamentos familiares nos últimos quinze anos, a luz das alterações na renda e na economia brasileira, buscando-se responder o quanto

se pode esperar da desconcentração no mercado de bens duráveis que se observou na última década. Estamos dando os primeiros passos rumo a um mercado de massas?

As Pesquisas de Orçamentos Familiares, segundo os seus objetivos

Os objetivos principais das POFs no sistema nacional de estatística são dois: o estabelecimento da estrutura de gastos em consumo empregada nos cálculos dos índices de custo de vida, mais especificamente, a determinação e a atualização das estruturas de ponderação dos dois principais índices de preços do IBGE – o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – e a investigação da parcela do consumo das famílias nas Contas Nacionais.

Para atender esses objetivos, especialmente o primeiro, a pesquisa investiga de maneira detalhada o orçamento das famílias, implicando uma mensuração apurada dos rendimentos e possibilitando novos focos de análise das condições de vida das famílias brasileiras, a partir de seus orçamentos domésticos.

A POF não trata dos indicadores demográficos relativos a migração, natalidade e fecundidade, nem dos dados socioeconômicos ligados ao mercado de trabalho, objeto dos censos, das Pnads, da PME e de outras pesquisas levadas a cabo pelo IBGE.

Dados os objetivos da pesquisa, enquanto na Pnad e no Censo Demográfico a família acertadamente se refere às relações de parentesco, na POF sua conceituação está ligada ao compartilhamento dos gastos em alimentação, de forma que, *grosso modo*, a unidade de investigação comum às três investigações é o domicílio.¹

A cobertura geográfica das pesquisas também é distinta. Enquanto a parte amostral do censo atinge o nível de municípios e em alguns casos distritos, a POF e a Pnad têm uma amostra que se restringe a estados e RMs.

Entre as POFs, as Pnads e a parte amostral dos censos, os indicadores que mais se assemelham referem-se às principais características das pessoas e das condições da habitação e os que mais se distanciam referem-se à apuração das rendas e à cobertura específica de cada um dos levantamentos: trabalho e rendimento, nas Pnads, despesas e consumo alimentar, nas POFs, e indicadores demográficos, nas amostras dos censos e nas Pnads.

1. O uso de família na POF como sinônimo de unidade de consumo não se observa nas investigações de orçamentos familiares em outros países, onde não se processa essa diferenciação entre domicílios e famílias – unidade de consumo. Exemplo disso são as denominações em inglês e espanhol: *expenditures household surveys* e *encuestas de gastos de hogares* ou *viviendas*, claramente domicílios, em português, ou seja, são as Pesquisas de Orçamentos Domiciliares (PODs).

Observa-se uma tendência de aproximação entre as pesquisas no que se refere à captação das principais variáveis socioeconômicas. A POF de 2002-2003, por exemplo, incorporou importantes variáveis socioeconômicas das pessoas e dos domicílios.

Para os indivíduos, as variáveis de gênero, idade, frequência à escola, escolaridade, relação com a pessoa de referência do domicílio são comuns às pesquisas domiciliares. A raça ou cor, investigada na Pnad desde 1987, foi incorporada à última POF. Também foi assinalada a religião dos moradores, indicador presente na amostra do censo, mas não nas Pnads.

Estão ausentes da POF as variáveis de nupcialidade, de migração, de fecundidade,² sendo que são discriminadas as mulheres gestantes e lactantes na pesquisa de 2002-2003, dada sua importância no exame das medidas antropométricas e do consumo alimentar. Pergunta-se, ademais, o tempo de moradia, quesito que consta dos dados dos domicílios, que, nas POFs, se restringem aos particulares e permanentes, não sendo investigadas as pessoas residentes nos domicílios improvisados e nos coletivos.³

A condição de ocupação e o tipo dos domicílios, a forma do esgotamento sanitário e do abastecimento de água, a existência de energia elétrica, o número de cômodos, de dormitórios e de banheiros, e a presença de bens duráveis são variáveis coletadas em todas as investigações. Verdade que as questões aplicadas para o esgotamento sanitário e para o tipo de domicílio são diferentes, sem, contudo, impedir a sua comparação.

As Pnads investigam a condição de ocupação do terreno e o destino do lixo, assim como na amostra do censo, ao passo que os valores do aluguel ou da prestação do imóvel são investigados naquela e na POF. Existem ainda diferenças na coleta das informações de energia elétrica, de bens duráveis e de telefonia móvel e celular.

Na POF de 2002-2003, foi discriminada a origem da energia elétrica, e foram incorporadas questões sobre o material predominante do piso e a existência de pavimentação na rua, ausentes nas outras investigações.

No que diz respeito a rendimentos, as POFs contam com melhores instrumentos para a coleta da diversidade de rendimentos. O período de referência dos dados de rendimentos da POF de 2002-2003 são os 12 meses anteriores ao preenchimento do questionário, e as despesas são um parâmetro para a renda declarada. Isso não se aplica à Pnad, na qual se coleta o último recebimento mensal e não se conta com controles sobre o valor declarado. Por outro lado, há

2. Nas Pnads as variáveis de fecundidade, migração e educação das pessoas são investigadas de modo exaustivo, sendo a amostra do censo mais enxuta na coleta desses aspectos. Estão presentes, também, nas Pnads três questões sobre a mãe – se ela é viva e, quando sim, se residem juntos e quem é. Já na amostra do censo, destaca-se a captação dos indicadores de nupcialidade e de deficiências/capacidades.

uma ampliação dos tipos de renda investigados no questionário de recebimentos, influenciada em grande medida pela necessidade de se contar com contrapartidas para as despesas. Concretamente, enquanto na Pnad são investigadas 11 fontes de renda, com a discriminação, no caso das rendas de trabalho, dos ganhos em dinheiro (monetários) e dos ganhos em mercadorias e produtos, na POF as rendas são discriminadas em dois quadros, havendo 79 códigos (tipos) de recebimento, que, desagregados, totalizam 195 subcódigos de recebimento. Verifica-se, com isso, uma melhor apuração dos chamados “outros recebimentos”, ou seja, daqueles originários de aluguéis, vendas, doações, auxílios, aplicações de capital, assim como uma captação melhor do total da renda, dado que esta tem como parâmetro as despesas.⁴

Ademais, na última POF ampliou-se ainda mais a pesquisa dos recebimentos, com a incorporação das rendas não-monetárias, com destaque para o valor do aluguel dos imóveis próprios ou cedidos, a produção própria, as retiradas em bens dos empreendimentos e as doações privadas e públicas.

A POF de 2002-2003, retomando o Endef, avançou ao quantificar os recebimentos e as despesas não-monetárias. Isso permite avaliar a produção para o próprio consumo – principalmente nas áreas rurais –, bem como as trocas não-monetárias que os produtores realizam entre seus excedentes. A valoração dessa produção e desse escambo permite construir um retrato mais fiel da realidade brasileira. No mesmo sentido, considerável contingente de ocupados sem remuneração e de ocupados na produção (ou construção) para consumo (ou uso) próprio(s) passa a contar com uma valoração quando são consideradas as despesas não-monetárias.

Comparativo entre Pesquisas de Orçamentos Familiares

Um dos aspectos mais importantes de qualquer pesquisa é permitir que possa ser refeita futuramente e que mantenha a possibilidade de comparação com os resultados anteriores. Nesta subseção apontamos os limites e os cuidados que devem ser tomados para que a comparação dos resultados das POFs de 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003 seja feita de forma adequada e pertinente. Assim, vários aspectos devem ser levados em consideração na comparação temporal da pesquisa: o contexto socioeconômico, a abrangência geográfica, o

3. Como para estes últimos domicílios não são coletadas informações sobre suas condições nas outras investigações, não existem, assim, diferenças no escopo da coleta de dados dos domicílios entre as pesquisas.

⁴ As especificidades de apuração dos rendimentos acabam se refletindo nos valores médios obtidos – o rendimento monetário mensal se mostra bem superior na POF em relação às Pnads. Efetivamente, em valores corrigidos para a mesma época o rendimento monetário mensal domiciliar per capita captado pela POF é entre 20% e 30% superior ao das Pnads. Barros, Cury e Ulysea (2007) discutem detalhadamente as diferenças de rendimento entre a POF de 2002-2003 e a Pnad de 2002.

diferente escopo das pesquisas e as diferenças metodológicas na construção dos planos tabulares.

O primeiro aspecto a ser observado na comparação das POFs diz respeito a sua abrangência geográfica. As POFs de 1987-1988 e 1995-1996 pesquisaram apenas os principais centros urbanos do país, representados pelas RMs (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre) e pelas cidades de Goiânia e Brasília. Assim, qualquer comparação com a POF de 2002-2003 deve ser feita apenas para esses recortes geográficos, não sendo possível qualquer avaliação de mudança nos hábitos de consumo e da renda das famílias fora dessas áreas. Além dessas áreas, a POF de 2002-2003 investigou as demais áreas urbanas e o meio rural.

A POF de 2002-2003 garantiu assim a comparabilidade temporal da pesquisa e foi além. É possível fazer estimativas de gastos, com uma probabilidade de acerto razoável, para o total dos estados, o total de suas áreas urbanas e para as áreas rurais das grandes regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), além do total para o Brasil: urbano, rural e total.

Além disso, com a nova POF é possível a construção de índices de custo de vida regionalizados, de importância fundamental para a tomada de decisão dos agentes (pessoas e empresas). A tentativa de criar índices de custo de vida regionais vem sendo feita no Brasil desde o início dos anos 1990, com a discussão sobre convergência de renda.

O segundo aspecto fundamental na comparação das POFs é a observação do contexto socioeconômico que envolveu cada um dos levantamentos. A primeira pesquisa, realizada entre 1987 e 1988, ocorreu durante um período bastante conturbado. No âmbito político havia a transição do regime autoritário para a democracia; e em termos econômicos, o país estava passando por um período de hiperinflação e baixo crescimento.

Entre 1986 e 1989 diversos planos econômicos foram editados para tentar conter o processo inflacionário (Cruzado, Bresser, Verão, para citar alguns). A POF de 1987-1988, na verdade, foi a campo durante um ano e meio, sendo o primeiro terço desconsiderado pelas mudanças abruptas no comportamento dos preços ocorridas com o Plano Cruzado.

Ainda que se tenha tentado eliminar a influência do congelamento de preços sobre os dados da POF, o desequilíbrio entre a oferta e a demanda, causado pela euforia da demanda dos preços contidos, gerando ágio de preços, deve estar gravado na estrutura de consumo observada. Os planos econômicos, além de afetarem os preços, geravam muita incerteza em relação ao abastecimento, sobretudo de produtos alimentícios. É importante lembrar que, à época, não se utilizaram importações para assegurar a oferta.

Durante a realização da pesquisa de 1995-1996, que ocorreu oito anos depois da de 1987-1988, o país vivia um momento completamente distinto. O Plano Real havia estabilizado os preços, a transição política dava sinais de maior consolidação, e as instituições entravam em um novo momento.

No campo econômico, o período foi marcado pelos desdobramentos de um plano de estabilização, o Plano Real. Ali também se observa uma forte elevação da demanda – um surto de consumo de bens de primeira necessidade e de bens duráveis, mas sem tabelamento e em condições de oferta bem mais satisfatórias, inclusive pela abertura externa, viabilizando as importações, como forma de atender a demanda.

A demanda interna, que já vinha de uma trajetória favorável, cresceu em função da contenção dos preços internos, num processo de abertura comercial iniciado em 1990, acelerando-se no período – e de valorização da moeda local (o real). A menos que se contivesse o nível de atividade – uma opção difícil no contexto de eleições para o governo federal –, era essencial a garantia de níveis razoáveis de abastecimento para conter o processo inflacionário.

A POF de 2002-2003 se deu num momento importante da política nacional – a chegada ao poder do primeiro governo de esquerda desde a ditadura militar – e em termos econômicos, já que os limites da estabilidade da moeda foram testados. Apesar da turbulência vivida durante parte do ano de 2002 e início de 2003, quando o Governo Lula assumiu, o processo inflacionário não se consolidou e imagina-se que os hábitos de consumo, fortemente afetados pelo real, em 1994, tenham se mantido em grandes linhas.

Para os pesquisadores é sempre um desafio distinguir os efeitos dos hábitos e das mudanças econômicas e institucionais do país (como, por exemplo, as privatizações e a abertura comercial) no padrão de consumo da população.

Outro fator relevante para a comparabilidade das pesquisas são os produtos investigados numa e noutra. As POFs de 1987-1988 e 1995-1996 apresentaram, *grosso modo*, a mesma lista de produtos analisados –(cerca de 3.500), quando a POF de 2002-2003 sofreu acréscimo considerável, tanto em termos de abrangência quanto em termos de especificação, tendo ultrapassado a marca de 10 mil itens investigados. Além disso é preciso estar atento na comparação dos planos tabulares propostos pelo IBGE para cada um dos anos, a partir dos microdados pois há diferenças importantes entre eles. O que era considerado parte de um determinado grupo de consumo nas POFs de 1987-1988 e 1995-1996 encontra-se alocado em outro grupo na pesquisa de 2002-2003. Os exemplos são inúmeros e não serão ressaltados aqui, para maiores detalhes veja DINIZ et al (2007).

Conclui-se que as mudanças nos códigos das despesas refletem em grande medida o dinamismo do consumo – a segmentação dos mercados e produtos, a evolução tecnológica –; e nos códigos das receitas, a incorporação de novas fontes de renda. Essas alterações foram de grande envergadura na POF de 2002-2003, devido, em grande medida, à ampliação geográfica e à temática da pesquisa. A incorporação dos gastos não-monetários requer uma discriminação maior dos itens de consumo, e, com relação aos recebimentos, atenção especial deve ser dada aos programas de transferência de renda e ao aprimoramento da captação dos recebimentos.

A renda e o consumo segundo a POF de 2002-2003

O objetivo deste tópico é analisar os perfis do recebimento e de dispêndio das famílias brasileiras, especialmente os associados a classes de renda e à situação domiciliar (urbano não-metropolitano, rural, metropolitano).

Um primeiro aspecto que chama atenção e, hoje, é motivo de debate, é o elevado grau de urbanidade, com 83% da população residente nas cidades, com a participação do núcleo metropolitano em nível mais modesto, cerca de 1/3. Pode-se afirmar que a envergadura do urbano não-metropolitano e sua heterogeneidade ofuscam as diferenças entre as realidades urbanas e rurais. Todavia, os dados para o meio rural apontam para a existência de claros diferenciais nos rendimentos e nos dispêndios das famílias aí residentes.

Entre as diferenças entre o rural e o urbano, cabe demarcar, em primeiro lugar, o tamanho da família, que no meio rural é bem superior ao das cidades e das metrópoles, cujos tamanhos são bastante próximos (tabela 1). Nessa direção, observa-se que as famílias metropolitanas e urbanas têm perfis relativamente semelhantes, salvo na participação das despesas de consumo no orçamento e nos valores absolutos dos recebimentos e gastos. Efetivamente, o recebimento mensal familiar *per capita* metropolitano é 59% superior ao do urbano não-metropolitano, que, por sua vez, supera em 111% o dos domicílios rurais. Esses diferenciais se preservam no caso dos orçamentos, com o gasto mensal familiar *per capita* metropolitano superando em 57% o urbano não-metropolitano, e este sendo maior que o rural em medida similar à observada para o caso da renda.

A importância da parcela não-monetária da renda é outra diferença marcante entre o Brasil urbano (metropolitano e não) e o rural. Enquanto nas áreas urbanas essa participação fica em torno de 14%, nas áreas rurais atinge 23% da renda. Nas áreas urbanas e metropolitanas, o predominante na renda não-monetária é o aluguel imputado às moradias próprias ou cedidas,

diferentemente do que se observa no meio rural, onde a essa fonte se soma a produção para autoconsumo.

TABELA 1
População – famílias e pessoas –, gasto mensal familiar *per capita*, recebimento mensal familiar *per capita* e composição da renda e das despesas, segundo a situação do domicílio.
Brasil, 2002-2003.

Indicadores	Total – Média	Metropolitana	Urbana não metropolitana	Rural
Famílias	48.534.638	15.653.706	25.479.496	7.401.436
Pessoas	175.845.964	54.155.490	91.690.313	30.000.161
Tamanho médio da família	3,6	3,5	3,6	4,1
Participação na População				
Famílias	100,0	32	52	15
Pessoas	100,0	31	52	17
Recebimento Mensal Familiar <i>per capita</i>	500,62	729,31	458,28	217,18
% não monetário	14	13	14	23
Gasto Mensal Familiar <i>per capita</i>	490,73	708,81	452,46	214,01
% não monetária	16	15	15	24
% despesas consumo	82	80	83	90

Fonte: IBGE. POF de 2002-2003 (microdados). Cálculo dos autores.

Considerando-se a composição dos gastos não-monetários, as despesas em habitação, que, *grosso modo*, se referem quase exclusivamente ao aluguel estimado, representam 12% e 13% dos orçamentos urbanos e rurais, respectivamente. A diferença de importância da parcela não-monetária nos orçamentos das famílias rurais se encontra nos gastos alimentares, nos quais se destacam a produção para autoconsumo e a troca de mercadorias entre produtores, revelando que as atividades de subsistência ainda são de grande importância na geração de renda no meio rural. Assim, se no meio urbano a moradia própria é uma fonte importante de renda, no meio rural é o fato de a moradia estar também associada ao trabalho, pois parcela importante dos alimentos consumidos no meio rural é produzida no próprio estabelecimento.

As diferenças de participação das despesas de consumo no orçamento, ainda que pareçam de pequena monta, são importantes, pois indicam o grau de comprometimento com impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários e transferências interfamiliares, de um lado, e o nível de poupança – investimento – das famílias (despesas com aquisição e reforma de imóveis, com aplicações financeiras, com pagamento de empréstimos e com prestações do imóvel) de outro. Se nas famílias metropolitanas 20% do orçamento se destina a essas duas rubricas, tal parcela diminui para 17% e 10% nas famílias urbanas não-metropolitanas e nas rurais, respectivamente. Isso resulta do fato de as cidades e, em especial, as metrópoles apresentarem, de um lado, um maior grau de formalização da vida econômica e, de outro, maiores custos de habitação.

A tabela 2 apresenta o gasto e a renda médios, a composição da renda, segundo as principais fontes, e a participação da população de cada situação do domicílio (urbano não-metropolitano, metropolitano e rural) para estratos selecionados de renda.⁵ Alguns aspectos chamam a atenção. O primeiro diz respeito à sobrepresença da população rural nos 20% e na metade mais pobre, pois se no universo populacional a contribuição do meio rural, como dito, é de somente 17%, nesses dois estratos de renda atingem 35% e 25%, respectivamente. No outro extremo, chama a atenção a presença mais expressiva da população metropolitana nos 10% mais ricos, uma vez que na população geral menos de 1/3 é metropolitana, frente a mais da metade nesse estrato mais rico.

Em segundo lugar, destaca-se o quão desigual é a distribuição de renda e do consumo, com o rendimento mensal familiar per capita dos 10% mais ricos sendo 17,6 vezes o rendimento da metade mais pobre. Por mais que a desigualdade diminua quando se trata do consumo, ainda se mostra bastante expressiva, com a razão entre o gasto mensal familiar per capita dos 10% mais ricos e o dos 50% mais pobres atingindo 11 vezes. Essa diferença se deve a outro aspecto bem marcante dos perfis orçamentários, segundo estratos de renda, qual seja: a presença de déficits orçamentários, ou melhor, a diferença entre renda e gasto, nas populações pobres e nos estratos médios. Tal déficit diminui à medida que se aumenta a renda ou o gasto. Assim, nos 20% mais pobres, o orçamento é 67% superior ao rendimento reportado, passando a 32%, para a metade mais pobre, e a 10% nas famílias situadas entre a mediana e o 70º percentil de renda monetária mensal familiar *per capita*. Déficit que, *grosso modo*, inexistente nas famílias localizadas entre o 70º e o 90º percentil de renda monetária e que se torna superávit nos 10% mais ricos.

A composição do rendimento é outra característica diferenciadora entre pobres e ricos. Em primeiro lugar, destaca-se, entre os pobres, a significativa participação da parcela não-monetária da renda, especialmente entre os 20% mais pobres, em que ela atinge quase metade da renda. Considerando somente a parcela monetária da renda, observa-se o crescimento da parcela originária do trabalho à medida que se aumenta o rendimento monetário familiar *per capita*, decaindo, todavia, nos 10% mais ricos. E nesse crescimento o que se destaca é o rendimento do empregado, sendo que há uma diminuição pronunciada do rendimento de conta-própria. Concretamente, nos 20% mais pobres, o rendimento do trabalho representa 3/4

5. Decidiu-se empregar a renda monetária familiar *per capita* como a variável de ordenamento da população na definição dos estratos de renda, sendo que, ademais, considerou-se todo o universo populacional. Não foram, portanto, excluídos os empregados domésticos e seus familiares nem tampouco os agregados. Assim, os 50% mais pobres referem-se à metade mais pobre em termos monetários. O recorte escolhido para a estratificação

do rendimento monetário, subindo para 77%, na metade mais pobre da população, e atingindo 78% nos estratos situados entre a mediana e o 70º percentil e entre esse percentil e o 90º. E, nos 10% mais ricos, decai para pouco mais de 2/3. O movimento, em termos de participação do rendimento do empregado, é 46%, 54%, 58% para, respectivamente, os 20% mais pobres, os 50% mais pobres e a população situada entre a mediana e o 70º percentil, diminuindo, a seguir, para 56% e 45% nos localizados entre o 70º e o 90º percentil e nos 10% mais ricos. Já a participação dos rendimentos do trabalho por conta própria, que é de 29% nos 20% mais pobres, diminui constantemente, passando para 23%, 17%, 16% e 11% nos estratos de renda seguintes (50 % mais pobres, entre a mediana e o 70º percentil, entre o 70º e o 90º percentil e 10% mais ricos). Considerando esses dados e o fato, apontado anteriormente, de a parcela não-monetária na renda ter maior significado nos estratos inferiores de renda, pode-se concluir que parte expressiva da população se encontra à margem do mercado formal de trabalho, pois tanto os rendimentos não-monetários como os originários do trabalho por conta própria são fontes de renda próprias do trabalho dito precário. Efetivamente, nos 20% mais pobres e nos 50% mais pobres, essas duas fontes de renda respondem por 60% e 45% do total dos recebimentos, respectivamente.

Em relação às transferências, dois aspectos valem ser destacados: o primeiro é a neutralidade da previdência pública frente à distribuição da renda monetária, ou seja, sua participação na renda monetária é bastante similar em todos os estratos de renda considerados, situando-se ao redor de 13%; em segundo, os outros componentes das transferências, em que se destacam as chamadas bolsas – programas de transferência de renda –, têm um peso maior nos estratos mais pobres, resultando em um perfil progressivo para o total das transferências na renda monetária. Observa-se, também, uma contribuição mais expressiva das transferências que não a previdência pública nos 10% mais ricos, o que, no caso, se deve às pensões alimentícias, às bolsas de estudos e às aposentadorias e pensões da previdência privada.

As fontes de renda oriundas de aluguéis e do agregado outros, composto por vendas, empréstimos e aplicações de capital, são importantes nos 10% mais ricos e nos 20% imediatamente inferiores, respondendo por 14% e 7%, respectivamente. Nos outros estratos a contribuição dessas fontes de renda se situa ao redor de 3%.

segue proposta de Pinto (2000) – artigo publicado originalmente em 1976. Sustenta-se que esse recorte se mostra adequado a ilustrar o grau de desigualdade da renda e do consumo

TABELA 2
População – famílias e pessoas –, gasto mensal familiar *per capita*, recebimento mensal familiar *per capita* e composição dos rendimentos, segundo estratos selecionados de renda.
Brasil – 2002-2003.

Indicadores	Brasil	20% mais pobres	50% mais pobres	20% seguintes aos 50-	20% abaixo aos 10 +	10% mais ricos
Famílias	48.534.638	7.249.060	20.284.979	10.760.444	11.077.381	6.411.834
Pessoas	175.845.964	35.076.686	87.918.348	35.148.295	35.192.580	17.586.741
Gasto Mensal Familiar <i>per capita</i>	490,73	121,10	175,93	366,50	678,07	1.937,82
Recebimento Mensal Familiar <i>per capita</i>	500,62	72,55	133,15	333,69	666,27	2.339,72
Composição Rendimentos						
Rendimentos do Trabalho	63%	42%	55%	63%	67%	62%
Empregado	43%	26%	38%	47%	48%	41%
Empregador	7%	0%	1%	2%	6%	11%
Conta-própria	12%	16%	16%	14%	14%	10%
Transferências	15%	12%	14%	15%	13%	16%
Previdência Pública	11%	7%	10%	12%	10%	11%
Aluguéis	2%	0%	0%	1%	2%	3%
Outros	6%	1%	2%	2%	4%	10%
Não monetário	14%	44%	29%	19%	14%	9%
Participação na Pop. Famílias do Estrato						
Metropolitana	31%	16%	21%	32%	41%	53%
Urbana não-metropolitana	52%	49%	54%	55%	53%	44%
Rural	17%	35%	25%	13%	6%	3%

Fonte: IBGE. POF de 2002-2003 (microdados). Cálculo dos autores.

A tabela 3 apresenta a estrutura orçamentária, segundo os estratos de renda selecionados, nos quais ficam bem definidas as diferenças de composição dos orçamentos. Enquanto os 20% mais pobres despendem 35% de orçamento com alimentação, os 10% mais ricos gastam apenas 10%, valor este que declina de forma acentuada principalmente entre os 30% mais ricos da população. Por outro lado, o gasto com transporte é mais alto quanto mais rica se torna a população. Isso é reflexo do fato de nos estratos superiores de renda é maior a participação dos residentes nas cidades e metrópoles, onde as despesas com automóveis e outros gastos adicionais são mais expressivos.⁶ A renda mais alta também influencia os gastos com saúde, educação, outras despesas e despesas com aumento do ativo.

No caso dos 20% mais pobres, em média 70% das despesas de consumo é alimentação e habitação. Se somarmos a essas rubricas os gastos com vestuário e transporte, atingem-se 84% dos gastos com apenas quatro grandes grupos de despesa. Considerando-se a média para os 50% mais pobres da população, os mesmos quatro grupos de despesa respondem por 81% de todos os gastos.

TABELA 3
Gasto mensal familiar *per capita* e estrutura orçamentária, segundo estratos selecionados de renda.
Brasil, 2002-2003.

Indicadores	Total - Média	20% mais pobres	50% mais pobres	20% seguintes aos 50-	20% abaixo aos 10 +	10% mais ricos
Gasto Mensal Familiar <i>per capita</i>	490,73	121,10	175,93	366,50	678,07	1.937,82
% não monetária	16%	28%	23%	19%	15%	12%
% despesas consumo	82%	95%	93%	89%	84%	74%
Composição Despesas						
Alimentação	17%	35%	30%	22%	16%	10%
Habitação	29%	35%	35%	34%	30%	25%
Vestuário	5%	6%	6%	6%	5%	3%
Transporte	15%	8%	10%	13%	17%	17%
Higiene e Cuidados Pessoais	2%	2%	2%	2%	2%	1%
Assistência à saúde	5%	4%	4%	5%	6%	6%
Educação	3%	1%	1%	2%	4%	5%
Recreação e cultura	2%	1%	1%	2%	2%	2%
Fumo	1%	1%	1%	1%	1%	0%
Serviços pessoais	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Despesas diversas	2%	1%	2%	2%	2%	3%
Outras despesas correntes	11%	2%	3%	6%	9%	17%
Aumento do ativo	5%	3%	3%	3%	4%	7%
Diminuição do passivo	2%	1%	1%	1%	2%	2%

Fonte: IBGE. POF de 2002-2003 (microdados). Cálculo dos autores.

6. Parte dessa maior presença dos gastos em transporte nos estratos superiores de renda se deve ao fato de se haver preservado nesse item o plano tabular do IBGE, que, em 2002-2003, considerou as despesas com aquisição de veículos na rubrica transporte.

Para a metade mais rica da população, a distribuição das despesas com algumas rubricas perde importância relativa, diminuindo a participação dos gastos com alimentação, habitação e vestuário. Por outro lado, à medida que a renda aumenta, crescem de importância os gastos com transporte, educação, recreação e cultura, saúde, outras despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo.

É importante destacar também a participação das despesas de consumo em relação aos gastos totais. À medida que a renda cresce, diminui a participação das despesas de consumo em relação aos gastos totais e aumenta a dos gastos com aumento do ativo e diminuição do passivo.

A primeira rubrica, a de aumento do ativo, se relaciona com a aquisição e a reforma de imóveis e com outros investimentos, o que indica que as famílias de maior poder aquisitivo despendem parte de sua renda na preservação e no crescimento de seu patrimônio, enquanto as famílias de menor poder aquisitivo destinam a esse tipo de gasto parcela bastante inferior – menos da metade. Já na rubrica diminuição do passivo, em que se inserem o pagamento de dívidas, de carnês e outras modalidades de empréstimo, as diferenças são menores, apontando, ainda assim, para uma capacidade maior de se contrair dívidas nas camadas de maior renda.

Na tabela 4 se busca sintetizar a desigualdade observada na distribuição de renda e de gastos, segundo a situação dos domicílios. Apresenta os principais indicadores de desigualdade nos rendimentos e nos dispêndios e aponta, de um lado, para a enorme concentração de renda presente no país, seja ela medida pelos recebimentos, seja pelos dispêndios. De outra parte, fica claro o fato de a desigualdade no meio rural ser bem inferior à observada nos meios metropolitano e urbano. Essa melhor distribuição, contudo, faz-se acompanhar de rendas e dispêndios significativamente menores no meio rural, o que aponta para a maior presença de populações com rendas baixas no meio rural.

É interessante notar que a concentração de renda diminui de modo expressivo quando se passa da renda estritamente monetária para a renda total e quando se consideram os gastos ao invés dos recebimentos. Efetivamente, para o conjunto da população, o índice de Gini da renda monetária familiar *per capita* atinge 0,623, frente a 0,591 para a renda total familiar *per capita*. E desse, para um valor de 0,559 quando se considera a despesa total familiar *per capita*. Não há dúvida de que a diferença entre a renda e a despesa nos estratos de renda inferiores parece indicar o grau de ajuste para a subdeclaração dos rendimentos, indicador ausente quando se trata da subdeclaração dos estratos superiores de renda. Poder-se-ia, ademais, defender que a despesa é um indicador melhor para a análise, uma vez que se

aproxima do conceito de renda permanente. Há, no entanto, que se ter presente que essa escolha significaria diminuir o grau de concentração da renda de modo bastante expressivo, com o Gini caindo entre 0,031 e 0,047, a depender da situação de domicílio e de se considerar somente a parcela monetária ou não.

TABELA 4
Renda e Despesa: índices de desigualdade segundo a situação do domicílio

Situação do domicílio	Tipo de renda/gasto mensal familiar <i>per capita</i>	T Theil	Gini	Média	Mediana	% Pobres (1)	50-	10+
Total	Renda Total	0,7150	0,5912	500,62	250,72	6%	13%	47%
	Renda Monetária	0,7950	0,6229	428,59	199,13	13%	11%	50%
	Despesa Total	0,6069	0,5589	490,73	265,82	4%	14%	44%
	Despesa Monetária	0,6748	0,5886	412,68	208,49	10%	13%	46%
Rural	Renda Total	0,6059	0,5336	217,18	127,63	15%	16%	42%
	Renda Monetária	0,7624	0,5918	166,91	88,27	31%	13%	47%
	Despesa Total	0,4666	0,4921	214,01	135,49	12%	18%	38%
	Despesa Monetária	0,5823	0,5453	162,62	93,85	27%	15%	41%
Urbano não metropolitano	Renda Total	0,6663	0,5700	458,28	243,56	5%	14%	45%
	Renda Monetária	0,7198	0,5955	392,61	196,60	11%	12%	47%
	Despesa Total	0,5515	0,5357	452,46	259,07	4%	15%	41%
	Despesa Monetária	0,6049	0,5614	383,24	208,15	8%	14%	43%
Metropolitano	Renda Total	0,6402	0,5688	729,31	380,00	2%	14%	45%
	Renda Monetária	0,7154	0,5990	634,46	308,72	6%	12%	47%
	Despesa Total	0,5491	0,5379	708,81	394,04	1%	16%	42%
	Despesa Monetária	0,6076	0,5650	601,07	317,89	3%	14%	44%

Fonte: Microdados da POF de 2002-2003. Elaboração própria.

(1): Valores em reais de 15/01/2003, deflacionados pelo INPC-IBGE. Considerou-se como linha de pobreza o valor de 1/4 de salário mínimo da data de referência.

A evolução do consumo e da renda nos últimos 15 anos

Para a comparação da evolução do consumo e da renda nos últimos 15 anos só foram considerados os gastos e recebimentos monetários, comuns às três POFs. Da mesma maneira, a comparação inclui apenas as RMs, o município de Goiânia e o Distrito Federal-Brasília.

Dos microdados da POF de 2002-2003, foram selecionados aqueles relativos aos domicílios das nove RMs mais os urbanos do Distrito Federal e os localizados na capital do Estado de Goiás (Goiânia). Resultou disso um universo similar aos das POFs de 1987-1988 e 1995-1996, havendo, como já assinalado, um descompasso em termos de tamanho amostral.

Para a apresentação dos dados por estratos de renda, decidiu-se dividir a população em cada uma das POFs segundo a renda monetária familiar mensal *per capita*, empregando como deflator o INPC-IBGE e como divisão a proposta por Pinto (2000 [1976]). Vale sublinhar que os limites (percentis) de renda dos estratos são próprios a cada uma das POFs.

A análise da tabela 5 permite apontar, primeiramente, para uma relativa estabilidade nos valores médios mensais do desembolso global e, em menor grau, do recebimento, medidos em

termos familiares *per capita*. Em realidade, o recebimento cresce quase 9% entre 1987-1988 e 1995-1996, diminuindo, no período seguinte, quase 10%. Como as taxas de inflação quando da realização da primeira POF e nos anos subseqüentes eram elevadíssimas, o cotejamento com seus valores deflacionados deve ser visto com bastante cuidado.⁷ No que concerne à desigualdade, assiste-se a movimentos distintos no caso do desembolso e da renda, o que se deve, em grande medida, ao comportamento da “poupança” ou do “endividamento” das famílias, considerados como a diferença entre renda e desembolso. Efetivamente, enquanto no desembolso a desigualdade aumenta para, no segundo momento, diminuir, no caso do rendimento, o incremento em sua concentração entre 1987-1988 e 1995-1996 se preserva, tendo, inclusive, aumentado um pouco no período seguinte. Isso porque o rendimento dos mais pobres diminuiu entre as POFs, ao passo que nos mais ricos ocorreu, no primeiro período, um crescimento para depois diminuir de modo menos pronunciado do que entre os pobres.

TABELA 5
Desembolso e Recebimento Mensal Familiar *per capita*: evolução dos valores médios e por estratos selecionados de renda e dos indicadores de concentração

Variáveis	(R\$ janeiro 2003)		
	1987	1996	2003
<i>Desembolso global</i>			
<i>Média</i>	n.d.	n.d.	708,81
<i>Média monetária</i>	600,27	598,79	601,07
20% mais pobres	131,0	120,71	142,59
50 % mais pobres	200,90	193,86	209,86
20% seguintes aos 50-	452,21	436,08	448,80
20% abaixo aos 10 +	872,94	846,71	829,15
10% mais ricos	2.347,10	2.452,16	2.403,18
<i>Gini monetária</i>	0,560	0,579	0,565
<i>Gini total</i>	n.d.	n.d.	0,538
<i>T-theil</i>	0,611	0,658	0,608
<i>Recebimento</i>			
<i>Média</i>	n.d.	n.d.	729,30
<i>Média monetária</i>	648,20	702,22	634,50
20% mais pobres	92,35	88,55	72,45
50 % mais pobres	174,44	174,36	155,55
20% seguintes aos 50-	445,86	459,28	412,53
20% abaixo aos 10 +	891,68	959,90	873,95
10% mais ricos	2.933,75	3.310,85	2.990,75
<i>Gini monetário</i>	0,575	0,596	0,599
<i>Gini total</i>	n.d.	n.d.	0,569
<i>T-theil (monetário)</i>	0,668	0,715	0,715

Fonte: microdados da POF 2002-03. Elaboração própria.

(1): Valores em reais de 15/01/2003, deflacionados pelo INPC-IBGE. n.d. – não disponível.

A queda na desigualdade do desembolso global entre a POF de 1995-1996 e a de 2002-2003 se deve ao crescimento nos orçamentos dos 20% e 50% mais pobres – de 18,1% e 8,3%,

7. Decidiu-se, inclusive, não se aplicar o ajuste proposto por Corseuil e Foguel no que diz respeito ao *carry-over* inflacionário decorrente da mudança de unidade monetária ocorrida em julho de 1994 – o Plano Real. O emprego desse ajuste implicaria o aumento de 22,5% nos valores de 1987-1988.

respectivamente – frente a uma queda no desembolso dos 30% mais ricos – da ordem de – 2,0%. A diferença entre os valores dos recebimentos e o dos desembolsos aponta para uma diminuição dos déficits orçamentários, nos estratos mais pobres, e o surgimento ou o crescimento dos superávits, nas faixas de maior renda, no primeiro período, entre 1987-1988 e 1995-1996. No segundo período assiste-se a um movimento inverso e de maior envergadura, ou seja, os déficits se aprofundam e os superávits tornam-se menores do que na primeira POF. Esse comportamento resulta nas evoluções distintas da desigualdade no recebimento e no desembolso.

Como apontado, a evolução da renda apresentou o aspecto de “U” invertido no período, ou seja, cresce entre 1987-1988 e 1995-1996 e cai em 2002-2003, o que se pode creditar ao desempenho da renda originária do trabalho por conta própria, dos aluguéis e, no primeiro período, das transferências, notadamente da previdência pública. Os valores das parcelas relativas à renda do trabalho por conta própria e à renda dos aluguéis crescem de modo expressivo entre as duas primeiras POFs,⁸ diminuindo no período seguinte, enquanto as transferências crescem no primeiro momento, estabilizando-se a seguir.

Os dados da tabela 6, que mostram a evolução da composição da renda, indicam um aumento expressivo da participação das transferências, que, entre 1987-1988 e 1995-1996, cresce quase 4 pontos percentuais (p.p.), chegando a representar cerca de 15% da renda das famílias. No período subsequente, o crescimento na contribuição das transferências é de 1,5 p.p., com um desempenho mais expressivo para as outras transferências que não a previdência pública.

TABELA 6
Rendimento médio e decomposição da renda, segundo as principais fontes - 1987/1988, 1995/1996 e 2002/2003

	(R\$ janeiro 2003)		
Rubrica de rendimento	1987/1988	1995/1996	2002/2003*
<i>Rendimento médio per capita</i>	648,20	702,21	634,46
<i>Composição da renda</i>			
<i>Renda do trabalho</i>	76,6	73,9	75,0
<i>Empregado</i>	52,5	49,7	55,5
<i>Empregador</i>	9,5	6,3	7,4
<i>Conta-própria</i>	14,6	17,9	12,1
<i>Transferências</i>	10,8	14,6	16,1
<i>Previdência pública</i>	8,0	10,4	11,2
<i>Aluguéis</i>	2,5	3,1	1,8
<i>Outros</i>	10,2	8,4	7,2
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0

Fonte: microdados da POF 2002-03. Elaboração própria.

(1): Valores em reais de 15/01/2003, deflacionados pelo INPC-IBGE.

⁸ Um dos efeitos da estabilização dos preços pelo Plano Real foi o aumento dos preços dos serviços pessoais, em que se encontra parcela significativa dos trabalhadores por conta própria.

De modo sumário, verificou-se que a participação da renda do trabalho na renda total permaneceu relativamente estável, situando-se ao redor de 75%. As alterações ocorreram na composição interna dessa fonte de renda e no crescimento de participação das transferências, contrabalançado por perdas nos ganhos oriundos de aluguéis e de outras fontes.

Nos gráficos a seguir, analisam-se a evolução das cestas de consumo, segundo estratos de renda monetária, e a forma como estão repartidos os “mercados” relativos aos principais grupos de despesa. Pretende-se com isso avaliar, de um lado, como as alterações na economia – preços e renda – afetaram a composição dos gastos das famílias, verificando se tais alterações tiveram efeitos distintos a depender do nível de renda. De outra parte, interessa avaliar se houve movimentos de desconcentração nos diversos mercados, isto é, se os movimentos na desigualdade da renda e do consumo alteraram a partição nos mercados. Essa questão se dirige mais ao mercado de bens duráveis – eletroeletrônicos, casas, automóveis e artigos de mobiliário –, pois a ampliação e a desconcentração nesse mercado poderiam sugerir mudanças no estilo de desenvolvimento, na concepção formulada por Pinto (2000 [1976]; 1982) e Furtado (1961; 1966).

Mais uma vez lançou-se mão de proposta desenvolvida por Pinto (2000 [1976]), tanto no que se refere aos grupos de renda quanto no agrupamento dos tipos de despesa. Em sua proposta há a preocupação em associar os tipos e grupos de despesa à estrutura de oferta, ou melhor, aos ramos industriais e de serviços. Isso porque o autor buscava, em seu trabalho, analisar as interconexões entre a heterogeneidade nas estruturas de consumo e os perfis de oferta e estilos de desenvolvimento. Aqui concentraremos nossa análise em identificar a presença de heterogeneidade no consumo e avaliar em que medida ela se preserva durante os últimos 15 anos, apesar das diferenças de cenário econômico presentes em cada uma das POFs.

No gráfico 1 encontram-se os dados relativos às performances das composições dos desembolsos monetários de três grupos populacionais selecionados: a metade mais pobre, as pessoas situados entre o 70º e o 90º percentil e os 10% mais ricos. Verifica-se que, para todos os grupos, houve diminuição das participações das despesas com alimentação e vestuário nos orçamentos globais, sendo de envergadura maior a queda observada na metade mais pobre e, no caso do vestuário, a ocorrida entre 1987-1988 e 1995-1996. Essa diminuição foi contrabalançada, no caso dos 50% mais pobres, por um aumento do peso dos gastos em habitação, transporte e bens de consumo duráveis. Interessante notar que, inclusive, os gastos

em transporte que eram claramente progressivos passaram a ser neutros, ou seja, pressionam igualmente os orçamentos de pobres e ricos.⁹

Já nos estratos superiores de renda, assistiu-se a um crescimento da participação no orçamento dos gastos em habitação, entre as duas primeiras POFs, e das outras despesas, onde sobressaem os impostos, entre a última POF e a de 1995-1996. Existem diferenças nas mudanças de participação nos orçamentos entre os 10% mais ricos e os 20% imediatamente inferiores, com as despesas em saúde e educação pressionando o orçamento das famílias localizadas entre o 70º e o 90º percentil, o que, para os 10% mais ricos, só se manifestou no último período. Nesse estrato, a alteração que se distingue foi o incremento na participação dos gastos em bens duráveis ocorrida entre as duas primeiras POFs.

De modo resumido, observou-se naquilo que se denomina “classe média” – ou, como mais apropriadamente é denominado por Hoffmann (2005), os relativamente ricos – o aumento de participação no seu orçamento dos gastos em saúde e educação, os relativos à habitação – com destaque para os serviços públicos – e os voltados ao pagamento de impostos. Já nos 10% mais ricos a principal pressão no orçamento se localiza nos impostos, o que se pode considerar positivo, pois resultou em uma queda na desigualdade do desembolso global.

E como se comportaram as repartições entre os grupos de renda nos principais mercados de bens e serviços – as rubricas de gasto – é o objeto dos gráficos 2, 3 e 4, com o primeiro abarcando, além da estrutura de participação para o total das despesas, as despesas com alimentos, bebidas e tabaco; habitação; saúde, educação e serviços pessoais; e transporte. Os outros dois gráficos ilustram a divisão dos gastos com bens duráveis como um todo (gráfico 3) e para os bens que os compõem: eletroeletrônicos, imóveis, automóveis e artigos de mobiliário (gráfico 4).

Verifica-se, como já apontado na análise da tabela 3, um movimento de concentração das despesas monetárias entre as duas primeiras POFs, desfeito no período subsequente, quando se retorna ao perfil distributivo inicial. De fato, assiste-se a um crescimento da participação no total das despesas monetárias do estrato situado entre a mediana e o 70º percentil de renda monetária familiar *per capita*, tendo por contrapartida uma perda de espaço dos 20% imediatamente superiores a esse estrato.

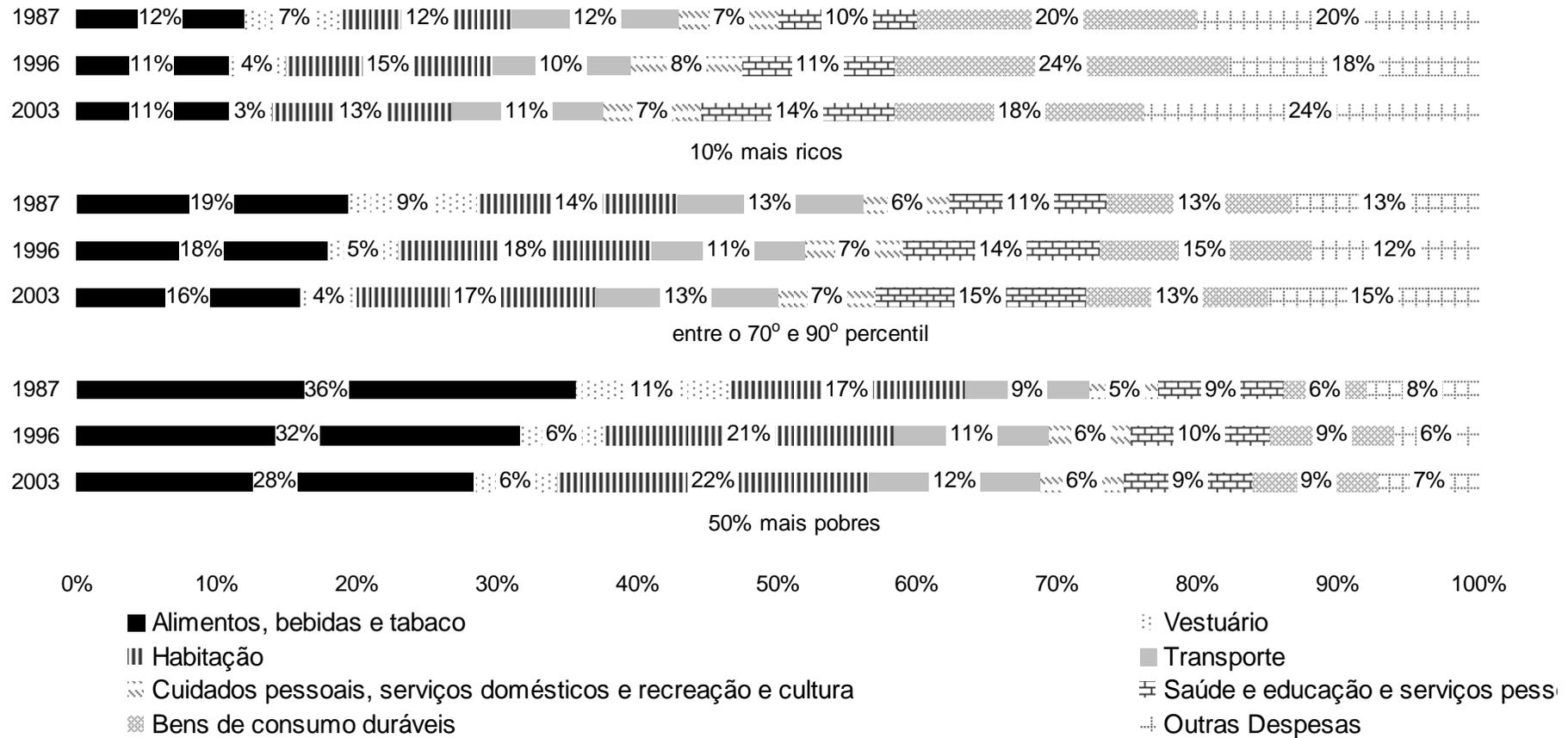
Nas despesas com alimentação, bebidas e tabaco, não se observam alterações na estrutura de participação pelos diferentes grupos de renda, enquanto nas despesas com habitação e transporte verifica-se um acréscimo de participação dos estratos inferiores e medianos de

9. Cabe destacar que nesse item foram feitas as adequações necessárias ao mesmo plano tabular, isto é, os produtos que compõem cada uma das rubricas são os mesmos para as três POFs.

renda. Efetivamente, os 70% mais pobres, que tinham participação de 35% e 27% no total das despesas monetárias em habitação e transporte em 1987-1988, passam a responder, em 2002-2003, por 44% e 36%, respectivamente. Já para os gastos em saúde, educação e serviços pessoais observa-se um movimento concentrador, com a participação dos 30% mais ricos passando de 60% para 73%, entre 1987-1988 e 2002-2003.

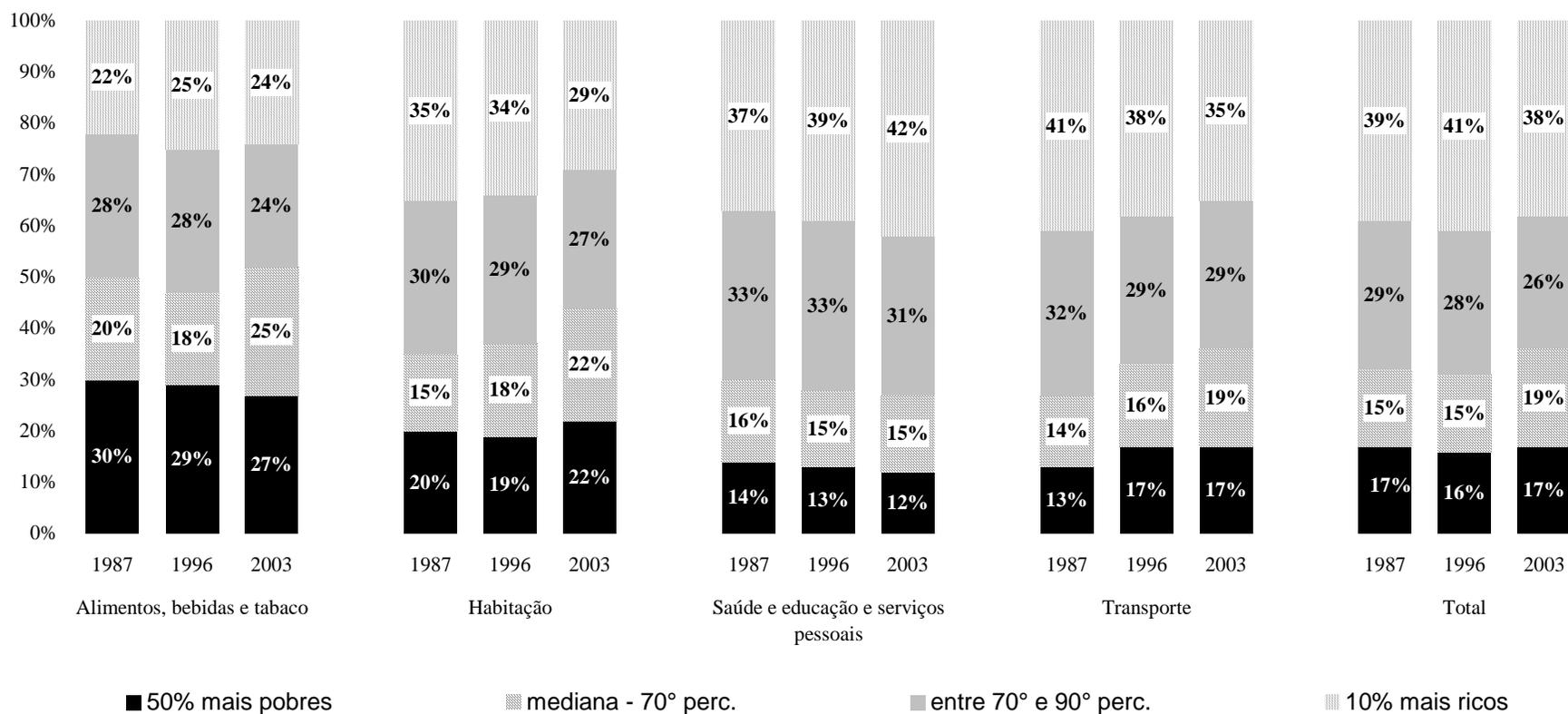
GRÁFICO 1

Evolução da Composição do Desembolso Global Monetário, segundo estratos selecionados de renda monetária familiar *per capita* 1987-1998, 1995-1996 e 2002-2003



Fonte: microdados da POF 2002-03. Elaboração própria.

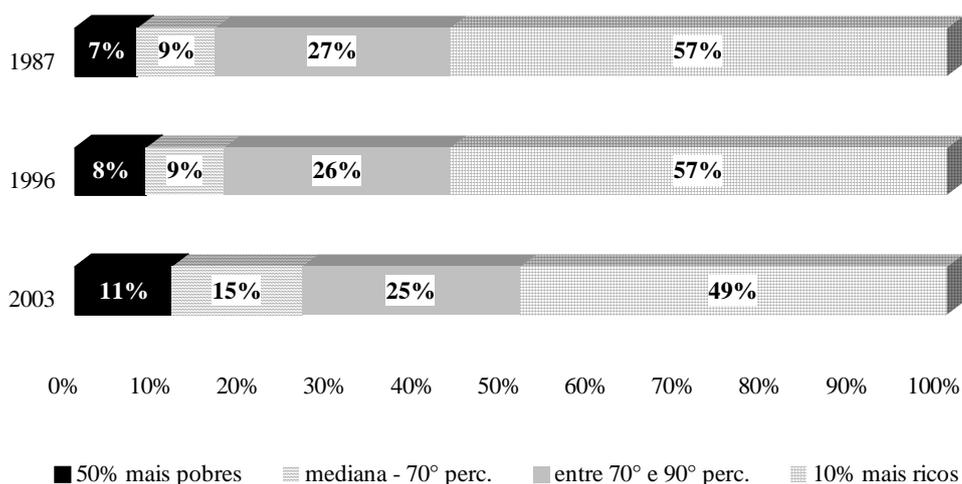
GRÁFICO 2
Evolução da Estrutura de Participação de Estratos Seleccionados de Renda Monetária Familiar *per capita* nos Principais Grupos de Despesa
1987-1998, 1995-1996 e 2002-2003



Fonte: microdados da POF 2002-03. Elaboração própria.

De todo modo, os dados indicam haver uma rigidez nas estruturas de participação dos gastos, com uma elevada concentração das despesas, salvo nas despesas com alimentos, bebidas e tabaco. Esse quadro é ainda mais agudo no mercado de bens duráveis, no qual os 10% mais ricos respondem por metade de todas as despesas. Somando-se a essa participação a dos 20% imediatamente abaixo, chega-se a uma participação dos 30% mais ricos no mercado de duráveis de cerca de 3/4, considerando a situação em 2002-2003 – quadro esse mais desconcentrado, uma vez que essa parcela da população era responsável, em 1987-1988, por 84% das despesas com bens duráveis (gráfico 3).

GRÁFICO 3
Estrutura de Participação do Mercado de Bens Duráveis
1987-1998, 1995-1996 e 2002-2003



Fonte: microdados da POF 2002-03. Elaboração própria.

Vale notar que esse tênue movimento de espraiamento das despesas com bens duráveis ocorreu entre 1995-1996 e 2002-2003, resultado principalmente do crescimento da participação do estrato de renda entre a mediana e o 70º percentil associado à queda na contribuição dos 10% mais ricos. O gráfico 4, que discrimina em que subgrupos de duráveis ocorreram tais movimentos, indica que a desconcentração não foi uniforme, afetando ora uns ora outros grupos de renda, a depender do tipo de bem e do período.

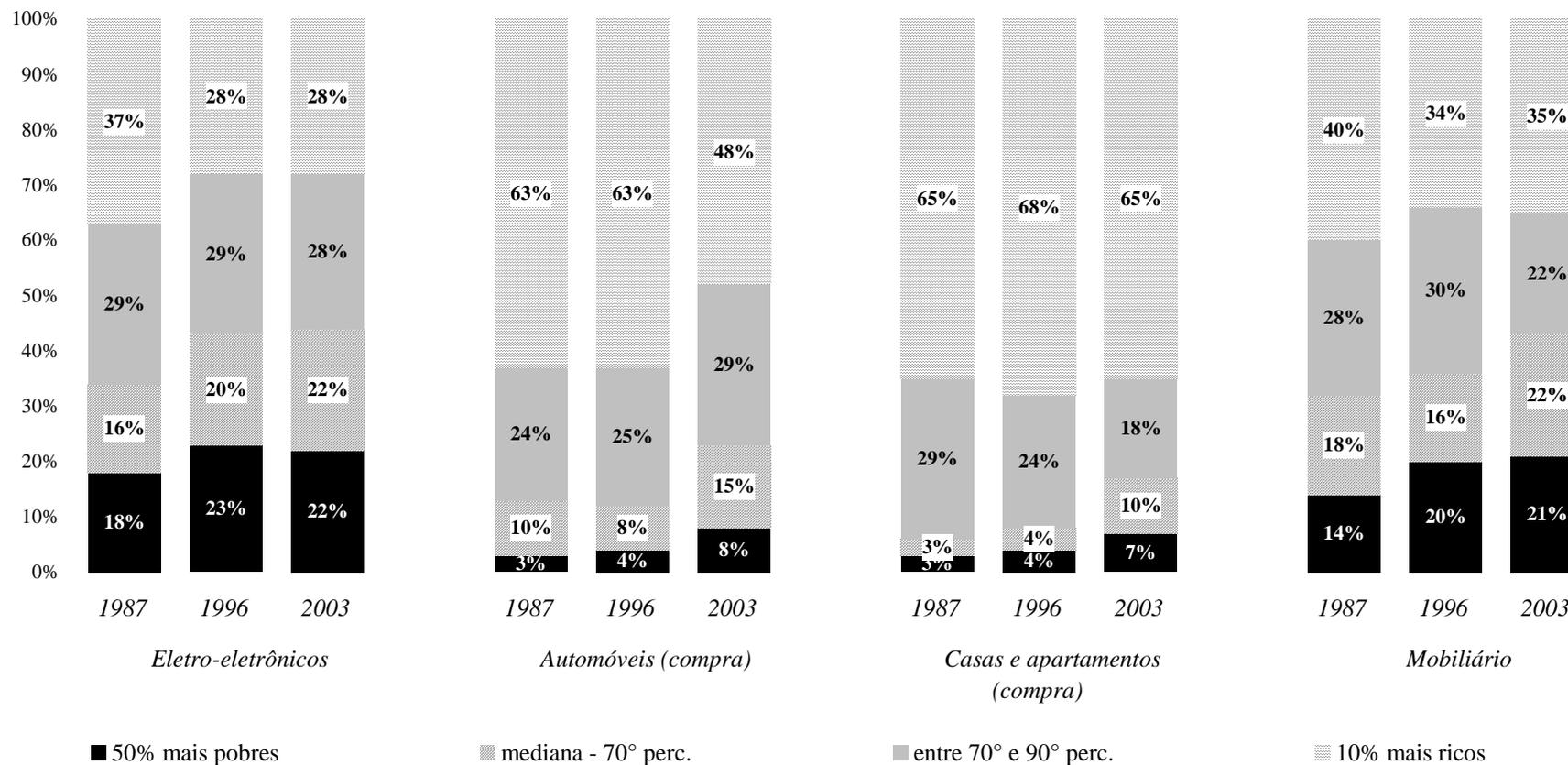
O que de positivo se verificou foi o crescimento de participação no total dos gastos com eletroeletrônicos pelos 50% mais pobres e pelos 20% seguintes, tendo por contrapartida a perda de espaço dos 10% mais ricos. Tal processo se observou entre as duas primeiras POFs e, infelizmente, não teve continuidade. Todos os outros movimentos de desconcentração não

foram decorrentes de perdas nos 10% mais ricos contrabalançadas por ganhos na metade mais pobre, o que parece apontar para a existência de limites na constituição de mercados de massa de maior homogeneidade, ou seja, apesar da indicação de desconcentração do consumo, estaríamos preservando sua heterogeneidade estrutural, como sugerido por Pinto (2000 [1976]: 1982) e Furtado (1961; 1966). Nas despesas com aquisição de automóveis e de imóveis ocorreu, no período 1995-1996 e 2002-2003, uma perda de participação dos 10% mais ricos, sem, contudo, ter resultado em uma melhora substancial na desigualdade, pois a parcela de responsabilidade dos 50% e 70% mais pobres continuou muito pouco expressiva, particularmente no caso das aquisições de imóveis. Nesse mercado o que se verificou foi uma perda de importância dos estratos relativamente ricos (entre o 70° e o 90° percentil), compensada por ganhos nos 70% mais pobres, especialmente do estrato entre a mediana e o 70° percentil.

No caso dos automóveis, em que a queda de participação dos 10% mais ricos foi significativa, o espaço foi ocupado pelos estratos medianos e médios de renda, que passaram de uma participação de 34%, em 1987-1988, para 44%, em 2002-2003.

Em relação ao mercado de artigos de mobiliário, houve um aumento substancial da participação da metade mais pobre, particularmente entre 1987-1988 e 1995-1996, à custa de perdas de participação tanto nos 10% mais ricos como no estrato entre a mediana e o 70° percentil. Esse movimento se altera no período seguinte, quando a desconcentração ocorre devido a perdas de participação no estrato dos relativamente ricos, contrabalançadas por ganhos no estrato de renda entre a mediana e o percentil 70°.

GRÁFICO 4
Estrutura de Participação dos Mercados de Aparelhos Eletro-eletrônicos, Automóveis, Casas e Artigos de Mobiliários
1987-1998, 1995-1996 e 2002-2003



Fonte: microdados da POF 2002-03. Elaboração própria.

Referências Bibliográficas

- BARROS, R. P. de; CURY, S.; ULYSSEA, G. *A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na Pnad, na POF e nas Contas Nacionais*. Rio de Janeiro: Ipea, 2007 (Texto para discussão, n. 1.263).
- DINIZ, Bernardo P. Campolina et al. As pesquisas de orçamentos familiares no Brasil. In: SILVEIRA, Fernando Gaiger et al. *Gasto e consumo das famílias brasileira contemporâneas (volume 2)*. Brasília: IPEA, 2007.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961 (Serie Estante de Economia).
- _____. *Desarrollo y estancamiento en América Latina: un enfoque estructuralista*. *Revista Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 6, n. 22-23, p. 191-224, Jul./Dic. 1966.
- HOFFMANN, R. Distribuição de renda no Brasil: mudanças de 2002 para 2003 e a delimitação dos relativamente ricos. *Econômica*, Niterói (RJ), v. 7, n. 1, p. 77-95, 2005.
- IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares, 1987-1988*. Rio de Janeiro: IBGE, CD-ROM.
- _____. *Pesquisa de Orçamentos Familiares, 1995-1996*. Rio de Janeiro: IBGE, CD-ROM.
- _____. *Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2002-2003: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004, CD-ROM.
- _____. *Pesquisas de Orçamentos Familiares, 2002-2003*. Microdados: planilha de produtos. Rio de Janeiro: IBGE, 2ª versão, 2005a, CD-ROM.
- _____. *Sistema nacional de índices de preços ao consumidor – estrutura de ponderação a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2002-2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005b (Série Relatórios Metodológicos, v. 34). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/srmipca_pof.pdf>.
- _____. *Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2002-2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 3ª versão, 2006, CD-ROM.
- OLIVEIRA, L. A. P.; SIMÕES, C. C. S. O IBGE e as pesquisas populacionais. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005.
- PINTO, A. Estilos de desenvolvimento e realidade latino-americana. *Revista de Economia Política*, v. 2/1, n. 5, jan./mar. 1982.
- _____. Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, v. 2, 2000 (1976).